

Regularização a caminho

FOTOS: CRISTIANO MARIZ

Márcia Neri

As igrejas e templos que, assim como os condomínios, ocupam irregularmente as terras do Distrito Federal, terão finalmente a chance de regularizar a situação. São 1.154 instituições religiosas que estão na lista da Terracap e poderão escolher entre as mesmas opções oferecidas pelo governador José Roberto Arruda ao clero do DF na última semana. Segundo a Terracap, 792 templos evangélicos encontram-se em terrenos não destinados a esta função. A Igreja Católica tem cerca de 162 capelas ou paróquias com problemas de ocupação irregular. Alguns centros espíritas, associações beneficentes e creches somam aproximadamente 200.

No encontro da última terça-feira com os padres e o arcebispo de Brasília, dom João Aviz, o governador explicou a necessidade da regularização e apresentou as três alternativas para que o problema seja resolvido. "Na primeira opção, mandamos um projeto de lei para a Câmara Legislativa", disse Arruda. A proposta é retomar os lotes das igrejas em situação irregular e pedir que a destinação dos terrenos, já ocupados por elas, seja exclusiva para esse fim. Assim que aprovado, será feita uma licitação com direito de preferência para a igreja que já está construída. O valor acer-



■ IGREJA SARA NOSSA TERRA, NO SUDOESTE: "O PROBLEMA DO NOSSO TERRENO É QUE ELE FOI CEDIDO POR MEIO DE UMA CONCESSÃO ANTERIOR À LEI 8.666", DIZ O BISPO RODOVALHO

tado poderá ser parcelado. O objetivo, segundo Arruda, é garantir um preço razoável, que possa ser pago sem problemas pela instituição.

O direito a uma concessão de uso foi a segunda opção oferecida pelo governador.

Por meio dela, a igreja poderá manter a ocupação e uso dos terrenos por 30 ou 50 anos, que ainda seriam renováveis. "Essa pode ser uma boa opção para as instituições com poucos anos de existência, que não podem pagar pelo ter-

reno", disse o governador.

A última alternativa também depende de aprovação na Câmara Legislativa do DF. "Trata-se da venda direta por um valor simbólico, pois sabemos da importância do trabalho prestado pelas igrejas. Essa opção

baseia-se na Lei Federal 9.262/96, que permite vender o terreno para os atuais ocupantes e reverter o dinheiro em melhorias do local", garantiu o governador.

Segundo Arruda, é preciso voltar a cumprir a lei no DF. A

intenção é regularizar a situação passível de legalização para que se possa impedir qualquer nova ocupação irregular. "Para construir é preciso a escritura do lote e o alvará de construção. Vamos ser muito rígidos para que o DF cresça organizado", afirmou.